

**PARTE I.**  
**Bases teóricas**



## I.1. Categorias, tricotomias e classes de signos

A filosofia de Peirce esteve sujeita a contínuas revisões ao longo de muitos anos. Para Murphey (1993: 3), o sistema arquitetônico filosófico de Peirce foi “continuamente reconstruído a partir de dentro”, por novos métodos e modelos. Mas sabemos que muitas das concepções que baseiam suas classificações de signos permaneceram inalteradas em toda sua obra. Segundo Savan (1987-88: 125), as mudanças “são expansões de uma teoria fundamental. Muitas das teses essenciais permaneceram não afetadas pelas mudanças que Peirce introduziu depois de 1867-1868”.

Trata-se de um lugar comum dizer que a obra de Peirce é um exemplo de *work in progress*. É, portanto, uma boa ideia dividi-la cronologicamente. Muitos comentadores propuseram diferentes periodizações para destacar diversos aspectos. Fisch (1986) dividiu sua obra em três grandes períodos: Cambridge (1851-1870), cosmopolita (1870-1887), Arisbe (1887-1914). Deledalle (1990) segue a divisão de Fisch, renomeia as fases correspondentes – “Leaving the Cave, The Eclipse of the Sun, The Sun Set Free” – e destaca diferentes aspectos de cada fase. Murphey (1993), mais interessado em sua lógica, divide seu pensamento em quatro períodos: (i) fase Kantiana (1857-1865/66), (ii) descoberta da irreduzibilidade das três figuras silogísticas (1866-1869/70), (iii) desenvolvimento da lógica das relações (1870-1883), (iv) descoberta dos quantificadores e teoria de conjuntos (1884-1914). Há ainda a sugestão de Houser (1992: xxiv), que segue outro esquema de Fisch (1986: 84-200) e divide sua obra conforme a transformação de uma fase quase-nominalista em um período de realismo radical. Segundo Fisch, encontramos duas fases até 1872 (a primeira vai até 1868), quando Peirce apresenta a tese pragmatista no Clube Metafísico, em Cambridge. As fases seguintes são divididas em dois períodos: pré-Monista (1872-1890) e Monista (1891-1914).

Mas poucas divisões históricas foram propostas sobre sua teoria do signo. Fisch (1986: 321-55) sugere a seguinte divisão:

(i) “primeira fundação” (1865-1869); (ii) 1877-79, (iii) 1879-1883, (iv) 1898-1911. A proposta de Freadman (2001a, 2001b), com a que estamos de acordo, está atenta aos desenvolvimentos do Pragmatismo e tem seu foco no advento de novas “tricotomias”. Liszka (1996: 34) sugere uma divisão em quatro períodos, que correspondem a quatro diferentes classificações, que ele chama de “original”, “interim”, “expandida” e “final”. Os períodos que, acreditamos, devem orientar uma cronologia são: (i) de formação, que começa em torno de 1865 e se estende até 1903 e possui ao menos dois momentos de intensa produção – “On a New List of Categories” (CP 1.545) e “On the Algebra of Logic: a contribution to the philosophy of notation” (CP 3.359); (ii) de experimentação com as tricotomias, em 1903; (iii) e um último período, também de intensa experimentação com as tricotomias e com a teoria do interpretante, entre 1905 e 1909.

Peirce também desenvolveu diversas definições de “signo” em sua obra. Marty (1997) listou 76 definições encontradas em diversas fontes (CP, NEM, SS, cartas e manuscritos). Para Ransdell (1983: 21), estas versões podem ser vistas como “descrições do fenômeno em seus aspectos mais fundamentais e com respeito às várias facetas que eles exibem de vários pontos de vista”. Segundo Marty, é possível identificar duas concepções distintas de signo na obra de Peirce, uma anterior e outra posterior a 1905, notando que 80% das definições encontradas são posteriores a 1902. Marty qualifica esta primeira concepção como “global” e a segunda como “analítica”, chamando atenção para o caráter mais rigoroso e formal do segundo grupo, mas salientando o caráter triádico de ambas.

Ao seguir as definições listadas por Marty, notamos que o termo “representamen”, inicialmente utilizado como um sinônimo de “signo” (por exemplo, CP 2.228 [1897]), é gradativamente abandonado. Em seu “Syllabus” de 1903 (MS 540, CP 2.233-272, EP 2: 289-299), Peirce faz uma distinção entre representamen e signo, definindo o primeiro como “o Primeiro Correlato de uma relação triádica” (CP 2.242, EP 2: 290) que envolve ainda o Objeto (Segundo Correlato) e o Interpretante (Terceiro Correlato). “Signos”, por sua vez, são definidos como “Representamen[s] cujo Interpretante é a cognição de uma mente. [...] os únicos representamens que já foram suficientemente estudados” (CP 2.242, EP 2: 291, ver também CP 1.540, um esboço para a terceira “Lowell Lecture” redigido em 1903). Por volta de 1905, porém, Peirce decide abandonar o uso do termo representamen, passando a adotar apenas ‘signo’, conforme explica em carta para Lady Welby:

Eu uso ‘signo’ no sentido mais amplo da definição. É um caso maravilhoso de uso quase popular de uma palavra muito abrangente quase no sentido exato da definição científica. [...]

Eu costumava preferir a palavra representamen. Mas não havia nenhuma necessidade de adotar esta palavra terrivelmente longa (SS 193).

Para Johansen (1993: 62), “Peirce usa a palavra ‘signo’ em um sentido amplo e em um sentido mais restrito. No sentido amplo, ‘signo’ é usado para designar a relação triádica entre objeto, signo e interpretante. Em um sentido mais restrito, ‘signo’ denota um elemento, o ‘signo’ ou ‘representamen’, dentro da tríade” (ver também HAUSMAN 1993: 72). Diremos, para evitar superposição terminológica, que toda semiose é constituída por uma relação indecomponível entre três termos: Signo (S), Objeto (O) e Interpretante (I). Isto significa que qualquer “ação do signo” (semiose) é constituída pela relação irreduzível destes três elementos.

Um signo é qualquer coisa que determina que alguma outra coisa (seu interpretante) se refira a um objeto ao qual ele próprio se refere (seu objeto) do mesmo modo, o interpretante tornando-se, por sua vez, um signo, e assim *ad infinitum* (CP 2.303).

Muitos autores têm enfaticamente salientado que as divisões da semiótica dependem diretamente de sua teoria das categorias – “A semiótica de Peirce, mais do que qualquer outro aspecto de seu trabalho, é baseada em suas três categorias, primeiridade, secundidade e terceiridade” (SAVAN 1987-1988, “Introdução”). Para Nauta (1981: 121), “cada fragmento da obra de Peirce está impregnado com [as categorias], estruturado por elas e muito frequentemente obscurecido por elas”. Introduziremos a teoria das categorias na próxima seção. Nossa exposição não será (nem poderia ser) exaustiva. Vamos nos deter àquilo cuja relevância satisfaz aplicações diretas à teoria e classificações do signo.

### **I.1.1. Primeiridade, secundidade e terceiridade**

Pode-se afirmar que as categorias demarcam as condições do que é inteligível. Como um sistema completo de *summa genera*, as categorias são uma lista exaustiva de concepções, ou de questões fundamentais, impostas à cognição. Segundo Hookway (1985: 80), “se temos uma série de categorias, temos um sistema de classificações que tem lugar para qualquer coisa que possamos pensar ou experimentar”.

- 2 Sobre o desenvolvimento da teoria das categorias, ver Freeman 1934; Hookway 1985; Hausman 1993; Rosenthal 1997, 2001. As investigações de Peirce sobre as categorias são conduzidas por meio de um grande escopo de disciplinas: lógica-matemática (MS 292), teoria dos grafos (MS 492, 292), fenomenologia (EP 2: 145-159), biologia e fisiologia celular (CP 1.385, 1.395), psicologia (CP 1.374-1.384), metafísica (CP 1.373), topologia (NEM 4: 307). Para Kuntz (1994: 178), Peirce é um *methodologist of categoriality* ao usar, entre 1857 e 1910, diferentes métodos (fenomenológico, ideoscópico, lógico, histórico etc) para obtê-las.
- 3 Nesta mesma passagem dos *Collected Papers* (CP 8.329), Peirce afirma que suas categorias se assemelham aos três estágios do pensamento de Hegel, embora esta semelhança só tenha sido notada muitos anos depois da concepção das categorias.

Em geral, aceita-se que a matemática, a lógica, a fenomenologia e a metafísica são os domínios em que tradicionalmente as categorias são definidas. Peirce trabalha principalmente em dois grandes domínios: fenomenológico e lógico-matemático.<sup>2</sup> O primeiro foi desenvolvido independentemente de Husserl; o segundo, especialmente depois de 1885, dependeu da lógica das relações e, mais tardiamente, dos grafos existenciais. Para Freeman (1934: 3), a teoria das categorias relaciona-se, de um lado, com a “experimentação empírica” e, de outro, com aparatos formais: “essa qualificação marca uma contribuição única para a ciência da *categorialogia* – a tentativa de combinar métodos racionalistas e empiristas, sem que um seja absorvido pelo outro”.

As categorias foram concebidas sob influência direta do sistema de Kant (CP 8.329),<sup>3</sup> de quem Peirce se autodenominou, por muito tempo, um “devoto” (CP 4.2) e do qual “On a New List of Categories”, seu primeiro trabalho sobre as categorias, é uma reconstrução (HOOKWAY 1985: 81-85). Este artigo foi considerado por Peirce como um de seus mais árduos trabalhos e, por muitos, sua principal contribuição à história da filosofia. É onde ele apresentou pela primeira vez as categorias:

Qualidade (referência a um fundamento),  
 Relação (referência a um correlato) e  
 Representação (referência a um interpretante)  
 (CP 1.555, W 2: 54).

A mais importante das sucessivas “revisões” das categorias é conduzida através da lógica das relações (MURPHEY 1993: 296-320) e seus resultados são apresentados pela primeira vez em 1885 – “One, Two, Three: Fundamental Categories of Thought and of Nature” (W 5: 242). A partir dos anos 1870-80, as categorias passam a descrever três tipos fundamentais, ou irreduzíveis, de relação (monádicos, diádicos e triádicos), “cada um servindo a uma função de unificação distinto e necessário pelos quais os objetos são tornados inteligíveis” (HAUSMAN 1993: 109). Para Murphey (1993: 303), “ao invés de derivar as categorias da análise da relação sígnica, como tinha feito em ‘On a New List’, Peirce apresenta as categorias diretamente como três tipos de relação. Este procedimento tem a vantagem da generalidade, porque todas as relações lógicas possíveis, incluindo a relação sígnica, pertencem a uma destas três classes”. Segundo Peirce,

Um cuidadoso estudo da lógica de relativos confirma as conclusões que havia obtido muito anteriormente – os

termos lógicos são mônadas, díadas, ou políadas, e estes últimos não introduzem qualquer elemento radicalmente diferente dos encontrados na tríade” (CP 1.293).

Minhas pesquisas em lógica dos relativos têm mostrado, além de quaisquer dúvidas, que combinações de conceitos exibem uma notável analogia com combinações químicas, todo conceito tendo uma valência estrita. [...] Então, o predicado ‘é azul’ é univalente, o predicado ‘assassina’ é bivalente [...]; o predicado ‘dar’ é trivalente, desde que A dá B para C etc.” (CP 5.469).

Em 1896, Peirce descreve assim as categorias:

A primeira compreende as qualidades dos fenômenos, tais como vermelho, amargo, tedioso, duro, tocante, nobre; [...]

A segunda categoria de elementos dos fenômenos compreende os fatos atuais [...]

A terceira categoria de elementos dos fenômenos consiste naquilo que chamamos de leis quando contemplamos somente pelo lado de fora, mas que quando observamos de ambos os lados chamamos de pensamentos (CP 1.418-20).

Em 1898, Peirce chega a uma terminologia definitiva – “firstness, secondness, thirdness” (primeiridade, secundidade, terceiridade) – depois de rever aquela utilizada em “On a New List” (Qualidade, Relação, Representação) e de especular sobre a possibilidade de chamá-las de “Qualidade, Reação e Mediação”. Para ele, contudo, “como termos científicos, primeiridade, secundidade e terceiridade são preferíveis por serem palavras inteiramente novas sem nenhuma falsa associação de tipo algum” (CP 4.3). Para Savan (1952: 186-187), “Peirce aparentemente conclui que, desde que as categorias e os números são, ambos, funções de unificação da variedade, as categorias, como os princípios numéricos, serão chamadas de Primeiro, Segundo e Terceiro” (ver CP 1.556). Segundo de Waal (2001: 11), Peirce via uma clara conexão entre a sua teoria e a concepção de número adotada pela antiga escola de Pitágoras.

As típicas ideias de Primeiridade são qualidades de *feeling* ou mera aparência (CP 8.329).

O tipo de ideia de Secundidade é a experiência de esforço, prescindido da ideia de um propósito (CP 8.330).

Mas como é “impossível resolver tudo em nossos pensamentos por meio destes dois elementos” (CP 1.343) – primeiridade e secundidade –, é necessário um terceiro elemento:

Terceiridade, no sentido da categoria, é o mesmo que mediação (CP 1.328).

Algumas das ideias proeminentes, devido a sua grande importância em filosofia e ciência e que requerem atento estudo são, generalidade, infinidade, continuidade, difusão, crescimento e inteligência (CP 1.340).

No *Glossary of Semiotics*, Colapietro (1993: 60) define as categorias peirceanas como *in-itselfness*, ou imediaticidade qualitativa (primeiridade), *over-againstness*, ou oposição bruta (secundidade), e *in-betweenness*, ou mediação dinâmica (terceiridade). Peirce também definiu primeiridade, secundidade e terceiridade em termos de “experiências monádicas, ou simples”, “experiências diádicas ou ocorrências” e “experiências triádicas, ou compreensões” (CP 7.527-528). A partir de 1902, ele chamou as categorias de *categorias cenopitagóricas* (CP 2.87 [1902], 2.116 [1902], CP 8.328 [1904], CP 1.351 [1905], 5.555 [1906]).<sup>4</sup>

4 Em um manuscrito sem data (CP 7.528), Peirce chama suas categorias de *Kainopytagóricas*.

Em uma carta para Lady Welby datada de 12 de outubro de 1904 (CP 8.328), ele as definiu assim:

Primeiridade é o modo de ser daquilo que é tal como é, positivamente e sem referência a qualquer outra coisa.

Secundidade é o modo de ser daquilo que é tal como é, com respeito a um segundo, mas independente de qualquer terceiro.

Terceiridade é o modo de ser daquilo que é tal como é, ao colocar um segundo e um terceiro em relação entre si. (CP 8.328)

Peirce argumentou, em diversas ocasiões, a favor da irredutibilidade e suficiência de sua lista de categorias. Os argumentos são encontrados principalmente em lógica-matemática e caracterizam o que alguns especialistas chamaram de “teorema da irredutibilidade” das relações (HERZBERGER 1981; BURCH 1997; HOUSER 1997: 14), “prova de irredutibilidade” (KETNER 1986: 376-377), ou “tese de irredutibilidade” (BURCH 1991, 1997). Este teorema, ou tese, formulado pela primeira vez em 1870, em seu “Description of a Notation for the Logic of Relatives” (W 2: 365) (e posteriormente em W 4: 221, W 5: 243, EP 2: 169-170 a 364-65), afirma que (i) mônadas, diádas e tríades são elementos indecomponíveis, isto é, não podem ser constituídos a partir de elementos mais simples, e (ii) que qualquer relação com aridade maior do que três, isto é, com quatro ou mais elementos, pode ser construída a partir de tríades.

Por que parar em três? Por que não podemos encontrar uma nova concepção em quatro, cinco, e assim por diante, indefinidamente? A razão é que, enquanto é impossí-



vel formar uma tríade genuína pela modificação do par, quatro, cinco, e todo e qualquer número mais alto pode ser formado pela mera complicação de três (CP 1.363).

“A dá B para C” é exemplo de uma relação triádica indecomponível que aparece em seu “One, Two, Three: fundamental categories of thought and of nature (CP 1.371, W 5: 244; 1885), a que Peirce se refere em diversas ocasiões (“The logic of Relatives” [CP 3.480, 1896], “Harvard Lectures” [CP 5.89, 1903], carta para Lady Welby [CP 8.331, 1904]). Para Peirce, as relações diádicas que podem ser obtidas com a decomposição da relação original (A abandona B, C recebe B, A enriquece C) não recompõe o fato triádico: “A dá B para C”.

Para a segunda parte do teorema, Peirce descreve algumas propriedades de estradas que se bifurcam, em comparação àquelas que não sofrem bifurcações. As primeiras seriam análogas a tríades, pois colocam três terminais em conexão, e as segundas análogas a díadas, conectando dois terminais. Segundo o exemplo, nenhuma combinação de estradas sem bifurcações terá mais de dois terminais (Figura 1), ao passo que qualquer número de terminais pode ser conectado por estradas que contenham nós apontando três direções (Figura 2).

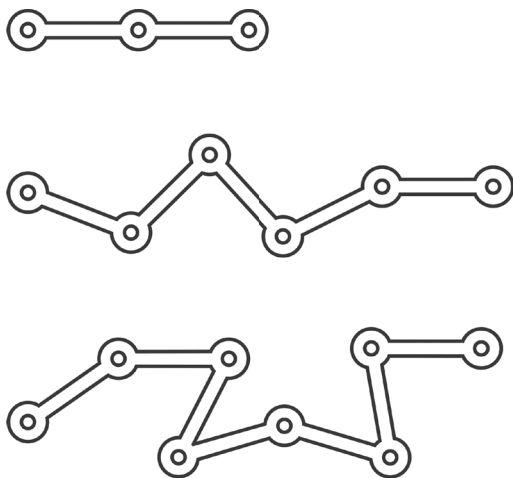


Figura 1. Combinações de 2, 5 e 7 estradas sem bifurcação.

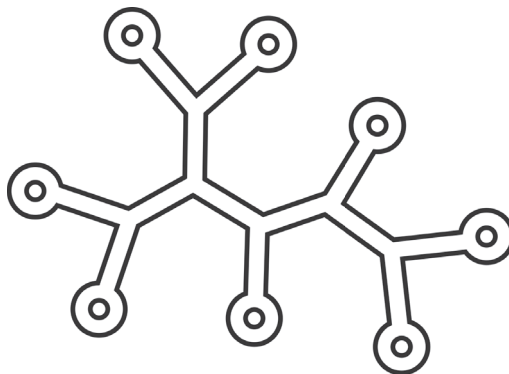
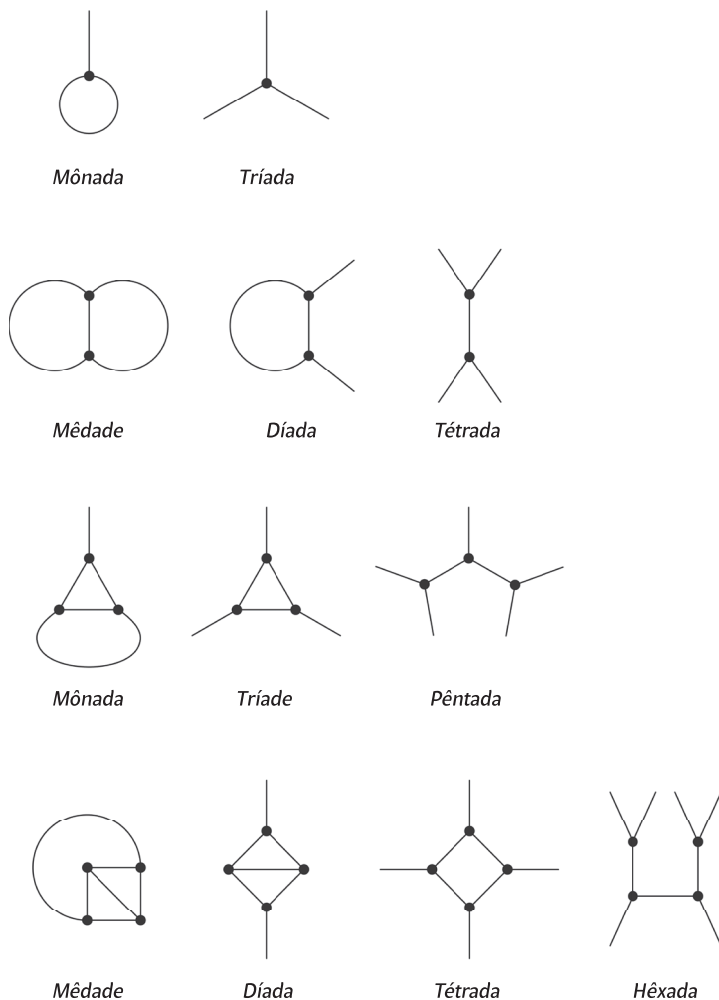


Figura 2. Combinação de estradas com bifurcação conectando 8 terminais (exemplo adaptado de CP 1.371, W2: 244).

Em “The Basis of Pragmaticism in Phaneroscopy” (MS 908, EP 2: 360-70), Peirce apresenta outros exemplos de como formas que representam relações de diversas aridades podem ser construídas a partir de tríades (Figura 3). Exemplos similares podem ser encontrados em CP 1.347, CP 3.483-84 e CP 4.309.



**Figura 3.** Formas de diversas aridades construídas a partir de 1 triada (primeira linha), 2 triades (segunda linha), 3 triades (terceira linha) e 4 triades (quarta linha), (exemplo adaptado de EP 2: 364).

Para Ketner (1986: 376), a prova de Peirce deve ser compreendida à luz de sua abordagem diagramática da lógica e da análise lógica. Segundo Burch (1991: 1-6), existe uma importante conexão entre, de um lado, a lógica dos relativos e os sistemas de grafos lógicos desenvolvidos por Peirce, e de outro, os conceitos de “valência” e “ligação” desenvolvidos pela química no mesmo período (CP 1.288-292; CP 3.468-471; CP 4.307-310; CP 5.469).<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Para uma abordagem recente, ver Hereth e Pöschel (2011).

Assim como Frege, Peirce passou a ver a aridade de uma relação como uma característica de sua capacidade de ‘ligar-se’ ou ‘juntar-se.’ Diferente de Frege, Peirce pensava nesta capacidade de ‘juntar-se’ como uma capacidade de juntar-se a outras relações, por ‘aplicação’. E ele via esta capacidade como algo tão similar à capacidade de ligação dos íons químicos, que a aridade de uma relação parecia-lhe corresponder ao número de posições valentes em um íon. Sendo assim, uma relação apresentava-se como um tipo de íon conceitual (BURCH 1991: 3).

Peirce afirma:

Minhas pesquisas em lógica dos relativos têm mostrado, além de quaisquer dúvidas, que combinações de conceitos exibem uma notável analogia com combinações químicas, todo conceito tendo uma valência estrita. [...] Então, o predicado ‘é azul’ é univalente, o predicado ‘assassina’ é bivalente [...]; o predicado ‘dar’ é trivalente, desde que A da B para C etc. (CP 5.469).

Em um tutorial para seus “grafos existenciais” escrito em 1909 (MS 514),<sup>6</sup> Peirce sugere uma notação visual para mênades, mônadas, díadas e tríades que remete, igualmente, à forma como elementos químicos com valência 0, 1, 2 e 3 são representados graficamente:

Grafos indivisíveis usualmente contém “pegs” que são lugares em sua periferia apropriados para denotar, cada um deles, um dos sujeitos do grafo. [...]

Um grafo ou instância de grafo contendo 0 pegs é uma mênade.

Um grafo ou instância de grafo contendo 1 peg é uma mônada.

Um grafo ou instância de grafo contendo 2 pegs é uma díada.

Um grafo ou instância de grafo contendo 3 pegs é uma tríade (MS 514).

Ketner (1986) parte deste tipo de representação gráfica (Figura 4) para reconstruir a prova de irredutibilidade das relações.

Tendo em vista tais desenvolvimentos e a terminologia adotada por outros especialistas (por exemplo, HOUSER 1997: 14; KENT 1997: 448), a semiose (“ação do signo”), no sentido peirceano, pode ser entendida como um complexo de relações, formado por três tipos elementares:

6 Para uma análise detalhada deste manuscrito, consultar Sowa (2001, 2011).



**Figura 4.** Notação visual para mônadas, díadas e tríades utilizada por Ketner (1986: 377-381).

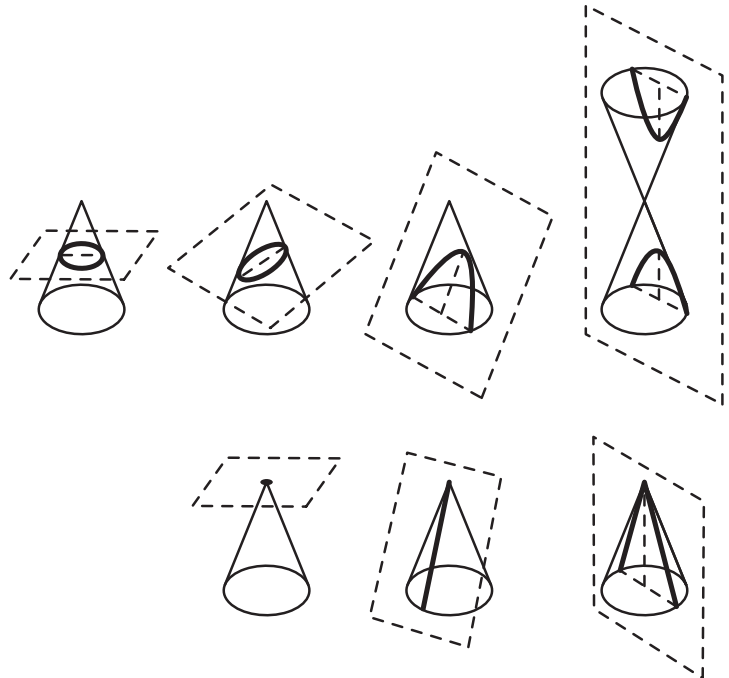
- (i) relações monádicas ou “de primeiridade”,
- (ii) relações diádicas ou “de segundidade”, e
- (iii) relações triádicas ou “de terceiridade”.

Além das três categorias, Peirce também distinguiu o que chamou de formas “genuínas” ou “puras” e “degeneradas”. Em seu “The Basis of Pragmaticism in the Normative Sciences” (MS 283, EP 2: 371-397) “degeneração” é definida assim:

Um fenômeno geral que ocorre na matemática é que quase todo conceito fortemente marcado possui conceitos fronteiriços que perdem suas características fortes mas são incluídos em um conceito mais amplo. [...] Estas fronteiras desbotadas (se me permitem a expressão) de conceitos altamente coloridos são, na matemática, apropriadamente chamadas de ‘formas degeneradas’. O mesmo fenômeno ocorre na faneroscopia [...]. (EP 2: 390)

Em várias ocasiões (por exemplo, CP 4.147; CP 1.365; EP 2: 390), Peirce forneceu como exemplo de degeneração matemática os “casos fronteiriços” de intersecção de um cone por um plano (Figura 5). Nestes casos, no lugar de uma curva, temos duas retas (quando o plano é paralelo ao eixo central do cone), uma reta (quando o plano tangencia a superfície do cone), ou um ponto (quando o plano tangencia o ápice do cone).

**Figura 5.** Na primeira linha: círculo, elipse, parábola e hipérbole formadas pela intersecção de um cone por um plano. Na segunda linha: casos degenerados (duas retas, uma reta e um ponto).



Em relação às categorias, Peirce definiu dois tipos de secundidade e três tipos de terceiridade (CP 1.365; EP 2: 160-161). A primeiridade, devido ao seu caráter rudimentar (EP 2: 160), não possui forma degenerada. A secundidade, por sua vez, possui uma forma genuína, ou “forte”, que Peirce definiu como “externa” – “verdadeiras ações de uma coisa sobre a outra” (W 6: 178; CP 1.365) –, e outra, degenerada ou “fraca”, que ele definiu como “interna” (W 6: 177; CP 1.365). A terceiridade, por sua vez, além de sua forma genuína, possui dois graus de degeneração: “o primeiro ocorre onde não existe no fato em si nenhuma terceiridade ou mediação, mas onde existe verdadeira dualidade; o segundo grau ocorre onde não há nem mesmo verdadeira Secundidade no fato em si” (W 6: 178; CP 1.366).

Um exemplo de terceiridade degenerada em primeiro grau é um grampo que segura duas folhas e que continuará a segurar uma das folhas caso a outra seja eliminada (W 6: 178; CP 1.366), exemplificando o que Peirce chamou de “terceiridade acidental”. A afirmação “um centauro é uma mistura de um homem e um cavalo” é um exemplo de terceiridade degenerada em segundo grau, algo que ele também chamou de “terceiro intermediário” ou “terceiro de comparação”. (W 6: 179; CP 1.367)

Também é possível compreender a degeneração das categorias a partir da análise de valências proposta por Ketner (1986). Se considerarmos as possibilidades de formação de grafos valentes simples, ou sem ligações, com valências 1, 2 e 3, veremos que

- (i) só existe um tipo de grafo (valente simples) com valência 1: aquele formado por 1 mônada (Figura 6);
- (ii) existem dois tipos de grafos (valente simples) com valência 2: aquele formado por 2 mônadas e aquele formado por uma díada (Figura 7); e
- (iii) existem três tipos de grafos (valentes simples) com valência 3: aquele formado por 3 mônadas, aquele formado por 1 mônada e 1 díada, e aquele formado por 1 tríade (Figura 8).

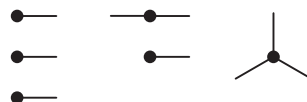
Devemos dizer que este é um tratamento introdutório de aspectos formais das categorias, baseado em diagramas. Diversos autores desenvolveram suas interpretações na mesma direção, entre os quais podemos mencionar: Hookway (1985), Murphey (1993), Pape (1997), Brunning (1997), Kent (1997), Ketner (1995), Houser (1997) e Parker (1998). Em geral, tais interpretações aceitam que, em termos metodológicos, as categorias são inicialmente formuladas em um ambiente lógico-dedutivo, de



**Figura 6.** Grafo valente simples com valência 1, segundo notação adotada por Ketner (1986).



**Figura 7.** Grafos valentes simples com valência 2, segundo notação adotada por Ketner (1986).



**Figura 8.** Grafos valentes simples com valência 3, segundo notação adotada por Ketner (1986).

onde uma fase indutiva empresta métodos e resultados – “a fenomenologia é usada para confirmar a tese sobre as formas que o raciocínio matemático pode considerar” (HOOKWAY 1985: 103). Segundo Parker (1998: 43),

Com a descoberta dos relativos monádicos, diádicos e triádicos, na lógica matemática, nós temos os conceitos formais das categorias cenopitagóricas. A questão sobre sua aplicabilidade material permanece indicada pela fenomenologia; aquela sobre sua necessidade e suficiência, como categoria lógica, deve aguardar análise na parte matemática da lógica.

Veremos nos próximos capítulos as categorias aplicadas em três domínios: (i) na definição de semiose (Signo como primeiro, Objeto como segundo, Interpretante como terceiro), (ii) na definição das tricotomias (por exemplo, as três tricotomias que estruturam as 10 classes de signos – natureza do Signo em si mesmo como primeiro, relação do Signo com o Objeto como segundo, relação com o Interpretante como terceiro), (iii) nas modalidades expressas nas tricotomias (por exemplo, relação do Signo com o Objeto poder ser de primeiridade, ou icônica).

As categorias também restringem as possibilidades de formação das classes de signos: “uma Ideia só pode determinar uma Ideia, um Hábito só pode ser determinado por um Hábito” (MS 339 D: 627). Há, portanto, uma “concepção de graduação” (CP 1.546) na forma de uma hierarquia. Segundo Hausman (1993: 97), tal hierarquia “é delineada por uma estrutura em que as concepções servem suas funções através de mediações de outras concepções que servem suas próprias funções”. Assim, “cada categoria é uma condição necessária ou suposição para uma mais desenvolvida, ou mais complexa, e cada categoria pode ser “prescindida” de uma concepção mais complexa e imediata. Este processo não pode ser revertido” (HAUSMAN 1993: 102). Veremos diversas consequências desta propriedade nas relações entre as classes de signos. Terceiridades (hábitos ou leis) podem determinar secundidades (fatos ou existentes) ou primeiridades (possibilidades ou qualidades), mas somente podem ser determinadas por terceiridades. Primeiridades, por sua vez, podem determinar apenas outras primeiridades, mas podem ser determinadas por secundidades ou terceiridades. Secundidades, finalmente, podem determinar primeiridades ou secundidades e podem ser determinadas por secundidades ou terceiridades. Tal “arranjo de determinações” é estabelecido por um método “quase-lógico” de abstração – *praecisio* (“prescisão”) (GAVA 2016; SAVAN 1987-1988).

### I.1.2. História das classificações de signos: dos anos 1860 a Lady Welby

Qual a principal dificuldade para apresentar as classificações de signos de Peirce, dos anos 1860 até as cartas trocadas com Lady Welby, 1903-11 (LW 3-151) e William James, 1909 (CP 8.313; EP 2: 492-502)? A teoria do signo começa a ser desenvolvida em 1865 (“Harvard Lectures”, W 1: 162), em um período “juvenil” (FREADMAN 2001a) que antecede a preparação de “On a New List of Categories” (W 2: 49; CP 1.545, 1867) e se estende até 1909. Não há consenso, entre os especialistas, se observamos uma teoria gradualmente ampliada ou se há alterações fundamentais em seu desenvolvimento. Há controvérsia, inclusive, sobre se as diversas modificações – por exemplo, a divisão do objeto (dinâmico/imediato) (LW 84; CP 8.314), as diversas divisões do interpretante (CP 8.343), os diferentes padrões de organização das dez tricotomias (sessenta e seis classes) (FARIAS; QUEIROZ 2003, 2006) – alteram de modo crucial as primeiras classificações.

Para Murphey (1993: 3), como já mencionamos, o sistema filosófico de Peirce é “continuamente reconstruído a partir de dentro”, por novos métodos e modelos. Como também já mencionamos, poucas divisões históricas foram propostas sobre sua teoria do signo. Entre estas divisões, destacamos as de Fisch (1986: 321-355), Freadman (2001a, 1001b) e Liszka (1996: 34). No que diz respeito às classificações, uma periodização relevante é: (i) anos de formação (1865a 1903); (ii) ano de intensa experimentação com as tricotomias (1903); e (iii) anos de experimentação com as tricotomias e com a teoria do interpretante (1905 e 1909).

#### I.1.3. Primeiras classificações: “On the logic of science”

Em 1865, Peirce faz uma série de conferências em Harvard – “On the Logic of Science” (W 1: 162-302). Aparecem nestas conferências muitos dos tópicos mais recorrentes em sua obra, entre os quais: a filosofia de Kant, a teoria da probabilidade e a álgebra de Boole. Na segunda parte da primeira conferência, Peirce descreve sua abordagem não psicológica da lógica e propõe, a partir da identificação que Locke faz da lógica com a semiótica, sua própria versão, ampliada, dessa identificação. Neste ponto, ele confere à lógica a tarefa de investigar três tipos de representações, por meio de uma *simbolística*. A tarefa da lógica não é “considerar como um objeto, ou uma ideia, podem ser apresentados, mas como podem ser representados” (W 1: 163), algo cujas linhas básicas serão definidas em “On a New List” – lógica revisada por uma abordagem semiótica

(APEL 1995; FREADMAN 2004: 7). Depois de desenvolver diversos argumentos a favor de uma visão da lógica dissociada da psicologia, Peirce propõe uma definição de lógica como “ciência das representações em geral” e restringe seu escopo de atuação a certos “tipos de representação”: “A semelhança de um retrato com seu objeto, por exemplo, não é uma verdade lógica”. Aqui, Peirce sugere uma divisão tricotômica de gêneros de representação, conforme as relações com seus objetos: “É necessário dividir os gêneros de representação conforme os diferentes modos em que podem estar de acordo com seus objetos” (W 1: 169).

Trata-se, provavelmente, da primeira classificação triádica formulada por Peirce: “O primeiro e mais simples tipo de verdade é a semelhança de uma cópia. Ele pode, aproximadamente, consistir em uma similitude de predicados” (W 1: 170). Logo ele conclui que a lógica não pode tratar de cópias: “O segundo tipo de verdade é a denotação de um signo de acordo com uma convenção prévia” (W 1: 170). Denotação refere-se aqui a objetos individuais, concepções individuais, atos individuais e “signos, neste sentido estrito, não são tratados na lógica porque a lógica lida somente com termos gerais” (W 1: 170); “o terceiro tipo de verdade, ou acordo de uma representação com seu objeto, é aquele que inere na própria natureza da representação, seja original ou adquirida esta natureza. A esta representação eu dou o nome de símbolo” (W 1: 170).

Na oitava palestra (“Forms of Induction and Hypothesis”, W 1: 256), a mesma classificação é assim apresentada:

Encontramos representações de três tipos – Signos, Cópias, Símbolos. Por uma cópia, eu quero indicar uma representação cuja concordância com seu objeto depende meramente de uma similitude de predicados. Por um signo, eu quero indicar uma representação cuja referência a seu objeto é fixado por convenção. Por um símbolo eu me refiro a algo sobre o qual o ser é apresentado à mente – sem qualquer semelhança com seu objeto e sem qualquer referência a uma convenção prévia – um conceito.

Em seguida, Peirce divide as condições às quais se sujeitam os símbolos e associa cada divisão a uma ciência correspondente: (i) Gramática formal, ou “ciência das leis gerais das relações dos símbolos com *logoi*”, (ii) Lógica, ou “ciência das leis gerais de suas relações com os objetos”, (iii) Retórica geral, ou “ciência das leis gerais de suas relações com outros sistemas de símbolos”.



No manuscrito “Teleological Logic” (W 1: 303-304, 1865) aparece, além de uma lista de definições (lógica, simbolística, semiótica, representação, “coisa”), uma classificação de representações divididas de acordo “com suas verdades ou coincidência com seus objetos”, em um domínio de leis gerais da lógica: (i) signos: “representações em virtude de uma convenção”, (ii) símbolos: “representações em virtude de sua natureza natural ou adquirida”, (iii) cópias: “representações em virtude de uma similaridade de predicados”.

Para completar a pré-história de “On a New List of Categories”, devemos mencionar a série de doze palestras feitas por Peirce, no *Lowell Institute*, em Boston, 1866 (W 1: 358). Os principais tópicos da semiótica já estão, seminalmente, nas “Lowell Lectures”, especialmente na palestra IX proferida em novembro de 1866 (W 1: 471-488): uma teoria do símbolo, de diferentes formas de relação entre os termos da tríade, uma definição quase-formal do interpretante que privilegia a noção de “relação”, uma explicação do método de separação mental que permite estabelecer as relações de dependência entre concepções (*I, it, thou*) e entre os termos da tríade signica.

#### **I.1.4. “On a New List of Categories” e “On the Algebra of Logic”**

Mas é no artigo “On a New List of Categories” (CP 1.545; W 2: 49) que Peirce sistematiza as ideias que irá desenvolver em diferentes domínios – teóricos, formais, algébricos, diagramáticos – por mais de 40 anos. O artigo é também a “pedra de fundação” da teoria das categorias. Segundo Fisch (1986: 324), a partir deste artigo, as categorias funcionam como um poderoso “princípio orientador” e são usadas para distinguir: tipos de representações (ícones, índices e símbolos); tipos (*trivium*) de ciências concebíveis (gramática formal, lógica e retórica formal); tipos gerais de símbolos – termos, proposições e argumentos; tipos de argumento – hipótese, indução, dedução.

Muitos autores têm destacado o papel deste artigo como responsável por uma radical reconcepção da lógica como semiótica – “[Lógica] passa a ser definida em dois sentidos: em um sentido amplo, é sinônimo de semiótica, em outro sentido, é uma teoria geral das inferências” (RANSDELL 1983: 11). Para Murphey (1993: 106), neste artigo “os fenômenos da experiência são concebidos como representação e estão conectados com outros através de relações representativas”. Ao fim, três classes de signos são descritas: símbolos, índices, ícones (*likeness*). A questão central diz respeito à síntese das impressões em uma “unidade cognitiva”, a “unidade da proposição”, que

é analisada em termos de “comparação” (CP 1.553): “A psicologia empírica tem estabelecido que podemos conhecer uma qualidade apenas por seu contraste ou similaridade com outra qualidade. Por contraste, e acordo, uma coisa refere-se a um correlato” (CP 1.552).

Evidências (CP 1.552) indicam que há três tipos de comparação: concorrência, oposição e imputação de uma qualidade. Estes tipos são usados para distinguir a divisão “ícone (*likenesses*)/índice/símbolo”, a última das quais no escopo de interesse da lógica (CP 1.559). Os exemplos que satisfazem esta divisão (CP 1.553, 1.558) são: comparação de “b” e “p”, relação “assassino e assassinado”, imputação de uma propriedade às palavras “man” e “homme”. Esta operação (*mediating representation*) define a natureza do “interpretante”, seu mecanismo sendo comum às três classes: o ícone é uma representação “cuja relação com seu objeto é uma mera comunidade de alguma qualidade”; o índice é uma representação cuja “relação com seu objeto consiste em uma correspondência de fato”; o símbolo é uma representação cujo “fundamento da relação com seu objeto é uma característica imputada” (CP 1.558). O símbolo se divide em “termo, proposição e argumento”.

Com respeito ao status que as classes possuem em qualquer sistema de representação e em “qualquer raciocínio”, a posição assumida em “On a New List” é revisada em 1885 em dois trabalhos: “The Religious Aspect of Philosophy” (CP 8.39) e “On the Algebra of Logic: a contribution to the philosophy of notation” (W 5: 162; CP 3.359). Esta “revisão” seguiu-se à publicação de *Studies in Logic, by Members of the Johns Hopkins University*, obra editada por Peirce em 1883. Em um dos capítulos deste livro, Oscar Mitchell, que é um de seus alunos, desenvolveu, independentemente de Frege, uma notação para as noções de quantificação e quantificador lógicos (CP 3.363; QUINE 1995: 31). Diversos autores (como FLOWER; MURPHEY 1977: 600) têm salientado o impacto dessa descoberta na obra de Peirce, da lógica formal à metafísica, passando pela fenomenologia e semiótica. O conceito de índice, como signo relativo a individuais que denota, seguiu-se à conexão explicitamente estabelecida entre quantificação e secundidade, e sua necessidade é afirmada em diversas passagens.

Agora achamos que, ao lado de termos gerais, dois outros tipos de signos são perfeitamente indispensáveis em todo raciocínio. Um desses tipos é o índice, que, como um dedo apontado, exerce uma força fisiológica real sobre a atenção, como o poder de um hipnotiza-

dor, direcionando os sentidos para um objeto particular. Tal índice deve entrar em toda proposição, sendo sua função designar o sujeito do discurso (CP 8.39).

Esta descoberta têm consequências na descrição do símbolo. Segundo Freadman (2001a: 14), “no artigo de 1867, Peirce não discrimina entre a função das palavras: são todas ‘palavras’ e signos racionais. No artigo de 1885, ‘On the Algebra of Logic’, entretanto, esta classe é delimitada ao “principal corpo da fala” e explicitamente exclui ‘pronomes relativos e demonstrativos”, que são agora exemplos de índices. O critério de “indexicalidade” é estendido a princípios de causalidade (por exemplo, sintomas físicos), de contiguidade espacial (por exemplo, letras em geometria) e de conexão espaço-temporal (por exemplo, pronomes demonstrativos) (CP 3.361-362). Também neste artigo, Peirce generaliza a natureza da proposição lógica que se torna “qualquer modo de expressar um julgamento”. O ícone, por sua vez, é usado “para analisar a função diagramática da sintaxe notacional” e a teoria do signo para “descrever a notação lógica” (FREADMAN 2001a: 14; CP 3.363).

Um dos desenvolvimentos mais relevantes deste período refere-se à introdução da noção de “degeneração” na teoria do signo, extraída do estudo das “seções cônicas” (EP 2: 544-545) como a redução de uma figura geométrica a figuras mais simples (ver Figura 5). Esse desenvolvimento deve ser atribuído à revisão da teoria das categorias, baseada na lógica das relações, entre 1870 e 1883 (MURPHEY 1993) e cujo principal trabalho (“One, Two, Three: Fundamental Categories of Thought and of Nature”, W 5: 242) data do mesmo ano de “On the Algebra of Logic”. As categorias são logicamente apresentadas como classes de relações – monádicas, diádicas e poliádicas (BRUNNING 1997; MURPHEY 1993).

O signo é um exemplo de relação triádica (signo, objeto, interpretante; S-O-I). Uma relação S-O-I *envolve* uma relação diádica, S-O. Se a relação triádica pode *prescindir* do terceiro termo (I), então ela é uma relação degenerada em primeiro grau, e trata-se de um índice, que são “signos degenerados em primeiro grau” – “Um índice é um signo que perderia o caráter que faz dele um signo se seu objeto fosse removido, mas manteria este caráter se não houvesse interpretante” (CP 2.304). Se S é um índice de O, ele é realmente afetado por O e é isto que faz dele um índice – “Um índice é um signo que se refere ao objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por este objeto” (CP 2.248). Se a relação triádica pode *pres-*

*cindir* do segundo e terceiros termos, então ela é duplamente degenerada e trata-se de um ícone. Ícones podem *prescindir* dos correlatos da relação triádica, já que dependem de suas qualidades intrínsecas – “a relação dual entre o signo e seu objeto é degenerada e consiste em mera semelhança entre os dois” (CP 3.362), “um ícone é um signo que se refere ao objeto que denota meramente em virtude de seus próprios caracteres, que ele possui, seu objeto realmente exista ou não” (CP 2.247). Se a relação triádica não pode *prescindir* de qualquer um dos correlatos, então ela é uma relação genuína e, portanto, é um símbolo. O símbolo é

um signo [que] está em uma relação de conjunção com a coisa denotada e a mente. Se esta tripla relação não é de uma espécie degenerada, o signo está relacionado com seu objeto apenas em consequência de uma associação mental e depende de um hábito. Tais signos são sempre abstratos e gerais, porque hábitos são regras gerais às quais o organismo tem se submetido. Eles são, em sua maior parte, convencionais ou arbitrários e incluem todas as palavras gerais, o principal corpo da fala e qualquer modo de julgamento (CP 3.360).

A noção de “degeneração” é provavelmente o mais importante componente introduzido por Peirce na primeira classificação, mas a estrutura deste esquema permanece inalterada até 1903, quando novas divisões tricotômicas são introduzidas.

### **1.1.5. Tricotomias**

Como mencionamos, a semiótica de Peirce baseia-se em um sistema filosófico baseado na teoria das categorias. Esta visão é particularmente importante para a elaboração de sua classificação dos signos e de sua classificação das ciências e tem reflexos na matemática (“Trichotomic Mathematics”, CP 4.307), na metafísica e na lógica (MS 339; MS 431B; ZELLWEGER 1991).

No domínio das classificações dos signos, uma *tricotomia* é um aspecto a partir do qual um signo pode ser descrito ou analisado. Para Houser (1991: 432; 1992: 491; 2010), as tricotomias são perguntas que podemos fazer sobre a semiose. Para cada uma das perguntas, podemos obter três tipos de respostas, baseadas nas categorias (primeiridade, secundidade e terceiridade). Usaremos o termo “tricotomia” para nomear estes aspectos. Este foi o termo preferido por Peirce na fase madura do desenvolvimento de suas classificações (entre 1902 e 1908). O termo “modalidade” será empregado para designar as respostas.

### I.1.6. “Syllabus of Certain Topics of Logic” e as novas tricotomias

A “mais fundamental divisão de signos” resulta da pergunta: como estão relacionados S-O da relação triádica S-O-I? O que obtemos, de acordo com as relações (monádica, diádica e triádica), divide os signos em ícones, índices e símbolos e estabelece relações especiais entre eles (por exemplo, de pressuposição hierárquica e dependência). Segundo Ransdell (1983: 63), esta classificação “é obtida pela distinção entre diferentes tipos de identidades semióticas que um signo pode ter, em virtude de diferentes tipos de relações que mantém com seu objeto como signo dele”. Para Liszka (1996: 37), ela descreve o “caráter representativo” do signo: “o caráter de representatividade de um signo (a divisão de signos provavelmente mais familiar aos leitores) refere-se ao modo como o signo está relacionado com seu objeto e, portanto, se coloca como uma representação dele”. O principal desenvolvimento, a partir de 1903, refere-se à introdução de novas divisões tricotômicas – três tricotomias (dez classes) (EP 2: 289), seis tricotomias (vinte e oito classes) (EP 2: 478-481), dez tricotomias (sessenta e seis classes) (EP 2: 483-490). O resultado, pode-se facilmente supor, é um enorme detalhamento das relações observadas em S-O-I.

As dez classes de signos baseiam-se em três divisões tricotômicas. Isto deve-se ao fato de que os Signos possuem certas “características”, que lhes são próprias ou intrínsecas, ao fato de que “estão em relação com algo”, com seus objetos, e que “podem ser traduzidos por outros signos (W 1: 332-333). Em seu “Syllabus” de 1903 (CP 2.243; EP2: 291), Peirce propõe uma divisão dos signos com base em três tricotomias, que podem ser traduzidas nos seguintes grupos de perguntas e respostas (ver também Figura 9):

- (i) O que é o signo em si mesmo?
  1. Uma mera qualidade, um qualisigno
  2. Um existente atual, um sinsigno
  3. Uma lei geral, um legisigno
- (ii) Como ele se relaciona com seu objeto?
  1. Relaciona-se em virtude de suas próprias características, é um ícone
  2. Relaciona-se de forma existencial, é um índice
  3. Relaciona-se através de convenções, é um símbolo
- (iii) De que modo, através do interpretante, ele apresenta seu objeto para um possível intérprete?
  1. Como um signo de possibilidade, um rema

2. Como um signo de fato, existente, um dicente

3. Como um signo de lei, um argumento

As divisões tricotômicas são estruturadas conforme uma ordem de pressuposição, associada às categorias: caráter de apresentação do signo (primeiridade do signo) > caráter de representação do signo (secundidade) > poder interpretativo do signo (terceiridade). Em um manuscrito que acompanha as *Lowell Lectures* (1903), “Syllabus of Certain Topics of Logic”, na seção “Nomenclature and Divisions of Triadic Relations, as far as they are determined” (MS 540; CP 2.233-272; EP 2: 289-299), as três divisões aparecem pela primeira vez. Mas Peirce, antes de chegar a este resultado 3-tricotômico, sugere um esboço “intermediário”: “Representamens são divididos por duas tricotomias” (EP 2: 273). Para Freadman (2001b), esta “fórmula” é uma variação “inconsistente” do modelo, “o representamen [...] se divide por tricotomia em signo geral, ou símbolo, índice e ícone” (CP 5.73), porque desrespeita sua habitual “triadomania” (CP 1.568). Esta versão aparece em “Sundry Logical Conceptions” (MS 478, 1903), em uma subseção desse manuscrito (“Speculative Grammar”), fragmentariamente publicado nos CP (2.274-77, 283-84, 292-94, 309-31). É adicionada, nesta subseção, a divisão tricotômica “sumisignos, dicissignos, argumentos” à divisão ícone-índice-símbolo (EP 2: 275). Posteriormente, entre as 10 classes, esta tricotomia (relacionada ao interpretante) será renomeada (rema, dicente, argumento): o dicissigno, por exemplo, torna-se um “representamen cujo interpretante o representa como sendo índice de seu objeto” (EP 2: 277).

O fato mais importante é que a partir do “Syllabus”, uma “classe” resulta do cruzamento de tricotomias, e as classificações tornam-se “sistemas de relações cruzadas” (FREADMAN 1996: 150; 2001b). A pergunta mais óbvia é: quais “cruzamentos” são permitidos?<sup>7</sup> Eles são restritos por regras, e diversas construções não são permitidas (Figura 10). Segundo Peirce, “nossa definição proíbe o ícone de ser um dicissigno, porque o interpretante de um ícone não pode representá-lo como um índice” (EP 2: 277); “Argumentos podem apenas ser símbolos, não índices ou ícones (EP 2: 286).

Os três termos (correlatos) da relação S-O-I podem ser primeiridades, secundidades e terceiridades. Eles são designados por [1, 2, 3] respectivamente (conferir uma notação que aparece em MS 799: 4). Vinte e sete combinações podem ser produzidas, das quais apenas dez são permitidas. Em outras palavras, de acordo com certas restrições, apenas dez classes são permitidas. Savan (1987-1988: 14) chama as restrições de “regra de qualificação”.

7 Sobre como a independência das tricotomias pode produzir muitas classes, sugerimos a leitura do manuscrito: MS 284, 499.

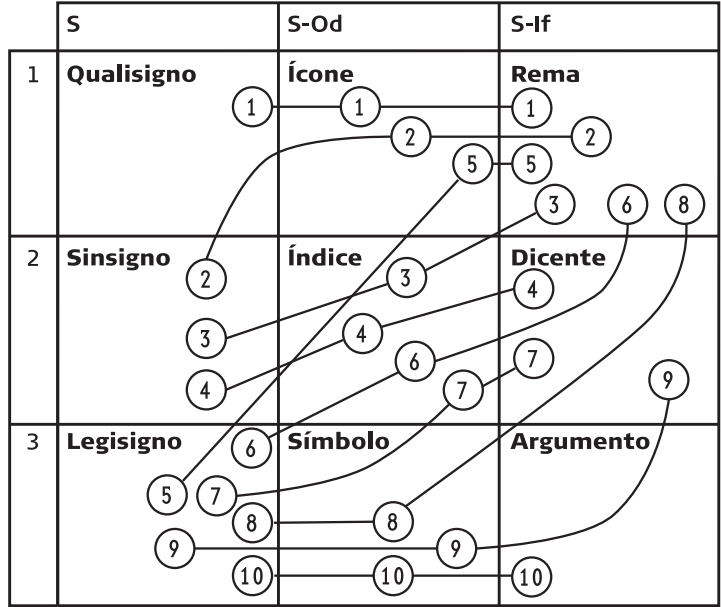
Esta regra é a expressão de uma lei – *praecisio* (CP 1.353, 1.549, 2.428, 5.449) – que permite aplicar recursivamente as relações (monádicas, diádicas, triádicas), restringindo as possibilidades livres de combinação das respostas obtidas pelas tricotomias. O tipo de relação que responde à primeira questão “qualifica” a segunda que “qualifica” a terceira. Um “primeiro pode ser qualificado apenas por um primeiro; um segundo pode ser qualificado por um primeiro e por um segundo; um terceiro pode ser qualificado por um primeiro, por um segundo e por um terceiro” (SAVAN 1987-88: 14). Ainda segundo Savan (1987-1988: 14), “a ‘regra de qualificação’ estipula que, em qualquer sucessão, um membro de uma categoria pode ser seguido por um membro de uma categoria igual ou menor que si mesmo – um primeiro pode ser qualificado apenas por um primeiro; um segundo pode ser qualificado por um primeiro e por um segundo; um terceiro pode ser qualificado por um primeiro, segundo, ou terceiro”. Deledalle (ver também JAPPY 1984: 16) chama esta regra de “princípio hierárquico cenopitagórico”, e Tursman (1987: 38) chama de “coerção de ligação faneroquímica”.

Por exemplo, qualisignos, ou qualidades que são signos, não podem estar relacionados com seus objetos em virtude de algo além de suas características intrínsecas, nem podem se apresentar como algo além de uma “possibilidade”. Legisignos, por outro lado, como signos de “generalidade”, podem se relacionar com seus objetos tanto em virtude de suas características (neste caso sendo, necessariamente, apresentados como signos de possibilidade), quanto em virtude de alguma relação existente (ao se apresentarem como signos de fato, ou como signos de uma “possibilidade”), ou em virtude de algum tipo de convenção (e se apresentarem como signos de lei, atualidade ou possibilidade).

**Figura 9.** As nove modalidades que resultam das três tricotomias apresentadas no “Syllabus” (EP 2, p. 289-299).

	<b>S</b> (1ª tricotomia) O que é o signo, em si mesmo?	<b>S-Od</b> (2ª tricotomia) Como ele se relaciona com seu objeto?	<b>S-If</b> (3ª tricotomia) Como ele se apresenta para seu interpretante?
<b>1</b> Resposta monádica	<b>Qualisigno</b> Em si mesmo, o signo é da natureza das aparências.	<b>Ícone</b> Refere-se ao objeto em virtude de suas próprias características (CP 2.247).	<b>Rema</b> Para seu interpretante, é um signo de possibilidade.
<b>2</b> Resposta diática	<b>Sinsigno</b> Em si mesmo, o signo é da natureza de um objeto ou fato individual.	<b>Índice</b> Refere-se ao objeto em virtude de alguma relação existencial.	<b>Dicente</b> Para seu interpretante é um signo de existência atualizada.
<b>3</b> Resposta triádica	<b>Legisigno</b> Em si mesmo, o signo é da natureza de um tipo geral (CP 8.334).	<b>Símbolo</b> Refere-se ao objeto em virtude de algum tipo de convenção.	<b>Argumento</b> Para seu interpretante, é um signo de lei (CP 2.252).

**Figura 10.** Combinações das nove modalidades tricotômicas que geram as dez classes de signos descritas no “Syllabus” (figura adaptada de MERRELL 1996: 8). A notação é encontrada em Peirce no manuscrito MS 799.



Weiss e Burks (1945: 387) argumentam que este não é um princípio que se aplica apenas às dez classes, mas que determina, de forma geral, quantas classes poderão ser formadas a partir de um certo número de tricotomias. Segundo a fórmula proposta pelos autores,

$$(n + 1) (n + 2) / 2 \text{ (onde } n \text{ é o número de tricotomias),}$$

três tricotomias geram dez classes de signos (conforme descrito no “Syllabus”), seis tricotomias geram 28, e dez tricotomias geram 66 classes de signos (conforme afirma Peirce em carta para Lady Welby, SS 85; EP 2: 481). Segundo esta fórmula, se considerarmos apenas uma tricotomia, teremos uma divisão em apenas três classes de signos, como em “On a New List” (W 2: 49-59) e outros textos anteriores ao “Syllabus”, por exemplo, “One, Two, Three: Fundamental Categories of Thought and of Nature” (W 5: 243) e “An elementary account of the logic of relatives” (MS 585; W2: 379), em que Peirce considera apenas a divisão em ícones, índices e símbolos.

A primeira tricotomia do signo indica que, com respeito a sua própria constituição, “caráter de apresentação” (LISZKA 1996: 35), um signo pode ser uma qualidade (qualisigno), um existente (sinsigno) ou uma lei (legisigno).



Como ele é em si mesmo, um signo é da natureza de uma aparência, quando o chamo de qualisigno; ou, em segundo lugar, é um objeto individual ou evento, quando eu o chamo de sinsigno (a sílaba *sin* sendo a primeira sílaba de *semel*, simul, singular, etc.); ou, em terceiro lugar, é da natureza de um tipo geral, quando eu o chamo legisigno (CP 8.334).

Qualisigno é uma qualidade que é um signo, que funciona como um signo sem qualquer referência a qualquer outra “coisa”. Para Savan (1987-88: 20), ele é “um signo que significa através de sua qualidade como tal; a primeiridade da qualidade, à parte qualquer relação empírica, ou espaço-temporal, de tal qualidade com qualquer outra coisa”. Já o sinsigno é uma ocorrência, um fato, ou um evento particular, que é um signo. O legisigno é um signo que é uma “lei”. Segundo Ransdell (1983: 54), é um signo “observado apenas com respeito a um particular poder que ele tem para agir semioticamente, isto é, para gerar signos interpretantes”.

Um Sinsigno (onde a sílaba *sin* é tomada como significando ‘sendo uma única vez’, como em *singular*, *simples*, no Latin *semel*) é uma coisa ou evento existente que é um signo” (CP 2.245).

Um Legisigno é uma lei que é um Signo. Usualmente, esta lei é estabelecida pelos homens. Todo signo convencional é um legisigno (mas a recíproca não é verdadeira). Não é um objeto singular, mas um tipo geral que, tem-se concordado, será significante” (CP 2.246).

A segunda tricotomia (relação S-O), o “caráter representativo” do signo (LISZKA 1996: 37), não sofre modificação. A terceira tricotomia, o “poder interpretativo do signo” (LISZKA 1996: 40), descreve o poder do signo para produzir interpretantes e se divide em Rema, Dicente e Argumento (CP 2.250). O rema é um signo que, para seu interpretante, é um signo de primeiridade. Ele é interpretado como um signo de “possibilidade” – “um signo de possibilidade qualitativa, ou seja, entendido como representando esta e aquela espécie de objeto possível” (CP 2.250). O dicente é um signo que, para seu interpretante, é um signo de existência real, um evento ou uma ocorrência – “portanto, ele não pode ser um ícone, que não fornece base para interpretá-lo como sendo algo que se refere a uma existência real” (CP 2.251). O argumento é um signo que é interpretado como um “signo de lei”.

Peirce forneceu alguns exemplos para cada uma das classes e observou que, devido às restrições impostas pela “regra de qualificação”, suas designações poderiam ser simplificadas.

- 8 Serão utilizadas seqüências numéricas compostas pelos algarismos “1”, “2”, e “3” para identificar as classes de signos em diferentes classificações. Estes números, conforme explicado no final da Seção I.1.1, correspondem às categorias de primeiridade, secundidade e terceiridade, aplicadas às modalidades tricotômicas que formam as classes. A quantidade de algarismos utilizados em uma seqüência corresponde à quantidade de tricotomias envolvidas na classificação (também chamado de valor “n-tricotômico” de uma classificação). O fato de os algarismos que compõem estas seqüências estarem dispostos em ordem decrescente reflete a “regra de qualificação” ou “princípio de determinação”, discutidos nesta seção.

A primeira classe, “qualisigno icônico remático”, por exemplo, poderia ser designada como “qualisigno” uma vez que não existem qualisignos que não sejam icônicos e remáticos. O mesmo ocorre com a classe dos “argumentos”, que são necessariamente legisignos simbólicos, e assim por diante. A Tabela 1 mostra a ordem na qual as dez classes foram apresentadas, seus nomes<sup>8</sup> e exemplos de cada uma delas.

São estes os exemplos descritos por Peirce: (i) 111, ou qualisigno, é uma “qualidade” que é um signo; relativamente a sua própria natureza é uma primeiridade. Assim, só pode ter um ícone como objeto e um rema como interpretante – uma “sensação de vermelho” (CP 2.254). (ii) 211, ou um sinsigno icônico, é um evento ou ocorrência (como todo sinsigno), que é um signo; é uma secundidade quanto a sua própria natureza. Seu objeto é um ícone, que ele interpreta como um rema – um “diagrama particular” (CP 2.255). (iii) 221, ou sinsigno indexical remático, é uma ocorrência que é um signo, que está para seu objeto, também uma ocorrência, através de um rema (signo de possibilidade) – “um grito espontâneo” (CP 2.256). (iv) 222, ou sinsigno indexical dicente, é um signo que é uma ocorrência e que é interpretado como realmente afetado por seu objeto, também uma ocorrência – um “catavento” (CP 2.257). (v) 311, ou legisigno icônico, é uma lei que é signo e cujo objeto é uma possibilidade – um “diagrama à parte sua individualidade” (CP 2.258). (vi) 321, ou legisigno indexical remático, é uma lei que é signo, e que está para seu objeto, que é uma ocorrência, através de uma possibilidade – um “pronomme demonstrativo” (CP 2.259). (vii) 322, ou legisigno indexical dicente, é uma lei que é signo e que está para seu objeto, uma ocorrência, através de uma conexão de fato – um “pregão de mascate” (CP 2.260). (viii) 331, legisigno simbólico remático, é uma lei que está para um objeto da mesma natureza através de uma possibilidade – um “substantivo comum” (CP 2.261). (ix) 332, ou legisigno simbólico dicente, é uma lei, interpretada como estando para um objeto da mesma natureza através de uma conexão de fato – é uma “proposição ordinária” (CP 2.262). (x) 333, ou legisigno argumental simbólico, é uma lei e representa um objeto da mesma natureza como uma lei – “argumento” (CP 2.263).

Peirce também sugeriu certas relações especiais entre as classes (Tabela 1), algo que alguns comentadores interpretaram em termos de “instanciação e envolvimento” (BALAT 1990; SERSON 1997) ou simplesmente “implicação” (MARTY 1990).

Classe	Relação com outras classes
Qualisigno (111)	-
Sinsigno icônico (211)	Incorpora um qualisigno (111)
Sinsigno indexical remático (221)	Envolve um sinsigno icônico (211)
Sinsigno dicente (222)	Envolve um sinsigno icônico (211) e um sinsigno indexical remático (221)
Legisigno icônico (311)	Governa sinsignos icônicos (211)
Legisigno indexical remático (321)	Suas réplicas são sinsignos indexicais remáticos (221), Seu Interpretante o representa como um legisigno icônico (311)
Legisigno indexical dicente (322)	Envolve um legisigno icônico (311), e um legisigno indexical remático (321). Suas réplicas são sinsignos dicentes (222).
Símbolo remático (331)	Suas réplicas são sinsignos indexicais remáticos (221). Seu Interpretante o representa como um legisigno indexical dicente (322) ou como um legisigno icônico (311).
Símbolo dicente (332)	Envolve um símbolo remático (331) e um legisigno indexical remático (321). Suas réplicas são sinsignos dicente (222).
Argumento (333)	Suas réplicas são sinsignos dicentes (222).

**Tabela 1.** Relações entre as 10 classes de signos apresentadas no “Syllabus”.

Em um manuscrito datado de 31 de agosto de 1906 (MS 339 D: 543), há um novo conjunto de desenvolvimentos e Peirce apresenta uma “divisão provisória dos signos” baseada agora em dez tricotomias (Tabela 2).

I. Matéria do Signo		
<i>Tinge</i> (qualidade vaga)	<i>Token</i>	Tipo
II. Forma de apresentação do Objeto		
Indefinida	Designativa	Geral
III. Natureza do Objeto Real		
Abstrato	Concreto	Coletivo
IV. Conexão do Signo com seu Objeto		
Ícone	Índice	Símbolo
V. Forma de Significação ou Interpretante Inicial		
Mêdade/Mônada talvez Hipotético	Díada Categórico	Políada Relativo ?
VI. Natureza do Interpretante Intermediário		
Simpatético congruente	Chocante percussivo	Usual
VII. Modo de Apelo do Interpretante Intermediário		
Interrogativo (ou sugestivo)	Imperativo	Indicativo
VIII. Propósito do Interpretante Conclusivo		
Gratificante	Atuante	Moral ou Temperativo produzir autocontrole
IX. Natureza das Influências pretendidas pelo signo		
[Rema] Sema	[Dicissigno] Fema	[Argumento] Deloma
X. Natureza das Garantias oferecidas pelo Signo		
Abducente garantia de instinto	Inducente garantia de experiência	Deducente garantia de forma

**Tabela 2.** Divisão dos signos proposta por Peirce em 1906 (MS 339 D: 543).

É fácil notar que as tricotomias I, IV e IX na Tabela 2 correspondem às três tricotomias apresentadas no “Syllabus” (signo em si mesmo, relação do signo com seu objeto, modo de apresentação do objeto a um possível intérprete).

Em uma série de esboços de carta para Lady Welby, escritos entre 23 e 28 de dezembro de 1908 (L 463: 132-146 e 150-60; SS 80-85; CP 8.342-376; EP2: 478-491), Peirce apresenta a última

versão de suas dez tricotomias, com algumas modificações. Nestes últimos manuscritos, as tricotomias e suas modalidades são descritas conforme apresenta a Tabela 3 (variações na nomenclatura estão reproduzidas entre parênteses).

1. Modo de ser (ou modo de apreensão) do Signo		
Marca ( <i>Tinge</i> , Tom) (Potissigno)	<i>Token</i> (Actissigno)	Tipo (Famissigno)
2. Modo de apresentação do Objeto Imediato		
Descritivo (Indefinido)	Denominativo (Designativo)	Distributivo (Copulante)
3. Natureza (ou modo de ser) do Objeto Dinâmico		
Abstrativo (possível)	Concretivo (ocorrência)	Coletivo (coleção)
4. Relação do signo com seu Objeto Dinâmico		
Ícone	Índice	Símbolo
5. Natureza (ou modo de apresentação) do Interpretante		
Hipotético (Ejacularivo)	Catagórico (Imperativo)	Relativo (Significativo)
6. Natureza (ou modo de ser) do Interpretante Dinâmico (ou efetivo)		
Simpatético (Congruentivo)	Chocante (Percussivo)	Usual
7. Relação do Signo com o (ou modo de apelo do) Interpretante Dinâmico		
Sugestivo	Imperativo	Indicativo
8. Natureza (ou propósito) do Interpretante Normal (ou conclusivo, ou destinado)		
Gratificante	Produzir ação	Produzir autocontrole
9. Relação do Signo com o Interpretante Normal (ou natureza da influência do signo)		
Sema	Fema	Deloma
10. Relação do Signo com seu Objeto Dinâmico e seu Interpretante Normal (ou natureza da garantia da expressão)		
Garantia de instinto	Garantia de experiência	Garantia de forma

As tricotomias apresentadas na Tabela 3 correspondem às tricotomias apresentadas na lista anterior (MS 339D: 543), com algumas variações terminológicas. As tricotomias 1, 4 e 9, por sua vez, correspondem, mais uma vez, às tricotomias apresentadas no “Syllabus”.

**Tabela 3.** Versão das dez tricotomias apresentada por Peirce em esboços de carta para Lady Welby escritos entre 23 e 28 de dezembro de 1908 (L 463: 132-146 e 150-60; SS 80-85; CP 8.342-376; EP2: 478-491)

- 9 Sanders (1970: 9-10), Marty (1990: 228-230) e Santaella (1995: 125) também apresentam as tricotomias nesta ordem. Weiss e Burks (1945: 386-387) adotam uma ordem diferente, iniciando com as tricotomias que se referem às naturezas dos elementos do signo, seguidas por aquelas que se referem a relações entre estes elementos.
- 10 Embora ambos utilizem “S, O, I” (e não S-Od-If) como abreviatura para a décima tricotomia, Sanders (1970: 9-10) e (Müller 1994: 143) também adotam abreviaturas similares, mas utilizam “N” (para “normal”) onde aqui adotamos “F” (para “final”).
- 11 Weiss e Burks (1945: 386-387) utilizam uma descrição um pouco diferente (“*Relation of Final or Logical Interpretant to Object*”) para a décima tricotomia. Eles foram, aparentemente, os primeiros entre os comentadores a adotar o termo “interpretante final” (também utilizado por Peirce em CP 4.536, 4.572, 8.184, 8.314) no lugar de “interpretante normal”. A expressão “interpretante final” foi preferida aqui.
- 12 Sanders (1970: 9-10) utiliza o termo “interpretante normal” onde aqui adotamos “interpretante final”.
- 13 Houser (1991: 435) utiliza a descrição “*nature of the assurance afforded [to] the interpreter*” para a décima tricotomia. Adotamos a descrição “relação do Signo com o Objeto Dinâmico e Interpretante Final” com base em Peirce (SS 85; EP2: 483), Sanders (1977: 10) e Müller (1994: 143).
- 14 A simplificação dos termos adotados para descrever as tricotomias foi inspirada pela abordagem de Müller (1994) e por sua demonstração de como as tricotomias podem ser derivadas >>

Levando em consideração os últimos desenvolvimentos de Peirce e a terminologia adotada por seus comentadores (em especial, WEISS; BURKS 1945; SANDERS 1970; JAPPY 1985; MARTY 1990; MÜLLER 1994), adotaremos a nomenclatura para as dez tricotomias e suas modalidades apresentada na Tabela 4. A ordem das tricotomias segue a ordem de apresentação adotada por Peirce em uma das últimas listas elaboradas e que aparece em um rascunho de carta para Lady Welby datado 24-28 de dezembro de 1908 (L 463: 134; CP 8.344; EP 2: 482-483).<sup>9</sup> As abreviaturas adotadas são praticamente as mesmas utilizadas por Jappy (1985: 114-115) e Marty (1990: 229).<sup>10</sup> As descrições para as tricotomias são bastante similares às adotadas por Weiss e Burks (1945),<sup>11</sup> Sanders (1970),<sup>12</sup> Houser (1991),<sup>13</sup> Müller (1994)<sup>14</sup>. Diferenças na terminologia adotada para as modalidades estão indicadas em notas para elas.

<b>1. S</b> ([natureza do] Signo)		
Qualisigno	Sinsigno	Legisigno
<b>2. Oi</b> ([natureza do] Objeto Imediato)		
Descritivo	Denominativo	Distributivo
<b>3. Od</b> ([natureza do] Objeto Dinâmico)		
Abstrativo	Concretivo	Coletivo
<b>4. S-Od</b> (relação do Signo com o Objeto Dinâmico)		
Ícone	Índice	Símbolo
<b>5. Ii</b> ([natureza do] Interpretante Imediato)		
Hipotético	Catagórico	Relativo
<b>6. Id</b> ([natureza do] Interpretante Dinâmico)		
Simpatético	Percussivo	Usual
<b>7. S-Id</b> (relação do Signo com o Interpretante Dinâmico)		
Sugestivo	Interrogativo	Cognificativo
<b>8. If</b> ([natureza do] Interpretante Final)		
Gratificante	Prático	Pragmático
<b>9. S-If</b> (relação do Signo com o Interpretante Final)		
Rema	Dicente	Argumento
<b>10. S-Od-If</b> (relação do Signo com o Objeto Dinâmico e Interpretante Final)		
Instintivo	Experiencial	Habitual

**Tabela 4.** Nomenclatura para as dez tricotomias e suas modalidades adotada pelos autores deste livro.

Na próxima seção, veremos como estas tricotomias estruturaram as diversas classificações de signos.

### I.1.7. Novas tricotomias, classes e classificações

Peirce apresenta as seis e dez tricotomias em uma série de manuscritos, cartas e esboços de cartas para Lady Welby escritos entre 1906 e 1908 (em especial, MS 339D [1906]; L 463: 132-146, 150-160; EP 2: 478-491; SS 80-85; CP 8.342-376 [1908]). Na carta datada 23 de dezembro de 1908 (SS 80-85; EP 2: 478-481), ele afirma que

as seis tricotomias, ao invés de determinar 729 classes de signos, como fariam se fossem independentes, geram apenas 28 classes; e se, como eu opino com veemência (para não dizer que quase provo), existem outras quatro tricotomias de signos de igual importância, em vez de produzir 59.049 classes, elas totalizarão apenas 66 (SS 85, EP 2: 481).

Peirce não fornece nomes definitivos ou descrições detalhadas para as 28 ou 66 classes, como o faz para as dez classes no “Syllabus”, mas indica quais seriam as tricotomias envolvidas nestas classificações. Na mesma carta, ele afirma que as seis tricotomias que produzem as 28 classes de signos são, em ordem de determinação:

1. Objeto Dinâmico<sup>15</sup> (*Od*),
2. Objeto Imediato (*Oi*),
3. Signo em si mesmo (*S*),
4. Interpretante Final<sup>16</sup> (*If*),
5. Interpretante Dinâmico<sup>17</sup> (*Id*), e
6. Interpretante Imediato<sup>18</sup> (*Ii*).

Ele então lista as outras quatro tricotomias envolvidas na divisão em 66 classes, mas afirma não estar totalmente seguro sobre elas.

Embora haja, entre os comentadores, um certo consenso quanto as tricotomias envolvidas nas divisões em 28 e 66 classes de signos (ver a última lista apresentada na seção anterior e suas notas), não é possível dizer que há uma posição clara e definitiva quanto à ordem de determinação destas tricotomias. Mudanças na ordem de determinação das tricotomias que formam as classificações são extremamente importantes neste contexto, uma vez que, mantida a “regra de qualificação” descrita anteriormente, algumas das classes de signos formadas por tricotomias em uma certa ordem de determinação podem simplesmente não existir se considerarmos uma ordem distinta. Por exemplo, se invertermos a ordem das duas

>> a partir dos elementos do signo e da doutrina das categorias de Peirce. Ele utiliza, contudo, o termo “interpretante normal” onde aqui adotamos “interpretante final” (MÜLLER 1994: 142-143).

15 “Dynamoid” no original (SS 85, EP2: 481).

16 “Destinate” no original (SS 85, EP2: 481). Embora alguns comentadores (em especial WEISS; BURKS 1945; MARTY 1982a; JAPPY 1985, 1989) tenham interpretado este termo como “imediativo” (possivelmente devido à sua posição, anterior ao Interpretante Dinâmico na ordem de determinação), e o termo “Explicit”, que aparece na mesma lista, como “final”, existe atualmente um certo consenso (ver, por exemplo, SAVAN 1976: 48-49; MARTY 1990: 210; MÜLLER 1994: 147) de que o que Peirce entende como “destinate” neste manuscrito é o que ele chama, em outras ocasiões, de “normal” ou “final”, e o que ele entende como “explicit” é o que ele chama de “immediate.”

17 “Effective” no original (SS 85, EP2: 481).

18 “Explicit” no original (SS 85, EP2: 481). Ver nota anterior.

primeiras tricotomias que formam as dez classes, não teremos Legisignos Indexicais, nem Legisignos ou Sinsignos Icônicos. Por outro lado, teremos Sinsignos e Qualisignos simbólicos.

Segundo Sanders (1970), embora Peirce não tenha fornecido uma lista definitiva das dez tricotomias em sua ordem de determinação, é possível encontrar em seus escritos algumas ordenações parciais. Ele afirma que, qualquer que seja a ordem definitiva das dez tricotomias, ela deve respeitar as seguintes ordens parciais de determinação:

1. *Oi* deve preceder *S*
2. *S* deve preceder *S-Od*, que deve preceder *S-If*
3. *Od* deve preceder *S*, que deve preceder *Id*

Existem, é claro, muitas ordens de determinação possíveis que respeitam estas três ordens parciais, mas Sanders afirmava desconhecer, na época da publicação de seu artigo, qualquer tentativa neste sentido. No “Apêndice B” de *Semiotics and Signifcs* (PEIRCE 1977), Lieb afirma que a ordem de determinação das seis primeiras tricotomias é explícita (em SS 85, EP 2: 481, citado anteriormente) e fornece uma tentativa de ordenação para as tricotomias restantes:

Od, Oi, S, Ii,<sup>19</sup> Id,<sup>20</sup> If,<sup>21</sup> S-Od, S-Id, S-If, S-Od-If.

Levando em consideração diversos manuscritos de Peirce e os trabalhos de diversos comentadores (em especial WEISS; BURKS 1945 e SANDERS 1970), Müller (1994: 147) defende a seguinte ordem de determinação:

Od, Oi, S, If, Id, Ii, S-Od, S-If, S-Id, S-Od-If.

Como notamos, ambas as ordens de determinação satisfazem as ordens parciais indicadas por Sanders (1977), embora apenas a posição das três primeiras, da quinta, da sexta e da última tricotomia sejam as mesmas.

Para Marty (1990: 228-233), a divisão em 66 classes é redundante em relação à divisão em 28 classes que resulta das tricotomias apresentadas por Peirce na carta de 23 de dezembro de 1908 (SS 85, EP 2: 481). A ordem das tricotomias apresentada nesta carta não é a mesma daquela adotada por Maróstica (1992: 117-119), que utiliza a sequência

S, Oi, Od, Ii, Id, If

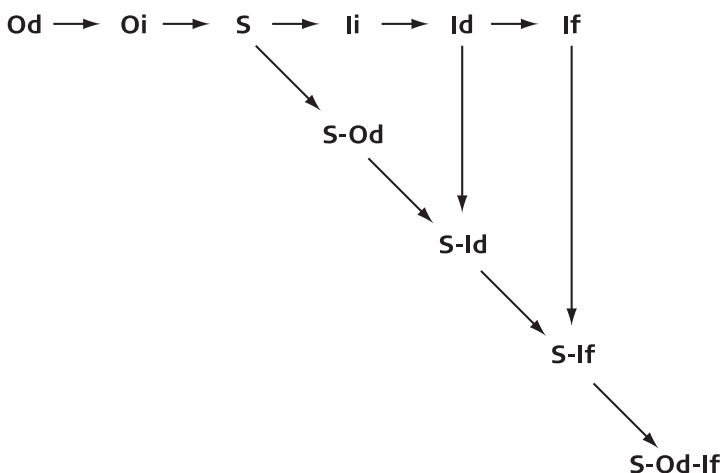
19 Lieb (1977: 162) descreve esta tricotomia como “*destinate interpretants in themselves*”, mas utiliza como modalidades as mesmas que adotamos para a tricotomia *Ii* (Hipotético, Categórico, Relativo).

20 Lieb (1977: 162) descreve esta tricotomia como “*effective interpretants in themselves*”, mas utiliza como modalidades as mesmas que adotamos para a tricotomia *Id* (Simpatético, Percussivo, Usual).

21 Lieb (1977: 162) descreve esta tricotomia como “*explicit interpretants in themselves*”, mas utiliza como modalidades as mesmas que adotamos para a tricotomia *If* (Gratificante, Prático, Pragmático).



para basear seus argumentos sobre as relações entre as 28 e as dez classes de signos. Jappy (1989), por sua vez, propõe uma reformulação da estrutura da classificação em 66 classes, na qual existiria uma “bifurcação” na ordem de determinação das tricotomias a partir da tricotomia S (Figura 11). Notem que as ordens parciais defendidas por Sanders (1970, anteriormente) são respeitadas, embora a sequência dos interpretantes (*Ii*, *Id*, *If*) apareça em uma ordem diferente daquela que, segundo diversos comentadores (SAVAN 1977: 48-49; MARTY 1990: 210; MÜLLER 1994: 147), é a proposta por Peirce (ver a lista das seis tricotomias da carta de 23 de dezembro de 1908, anteriormente, e suas notas).



**Figura 11.** Reformulação da estrutura de determinação das dez tricotomias proposta por Jappy (1989: 147).

Em resumo, podemos dizer que, se a questão da divisão dos signos em dez classes, conforme proposta no “Syllabus”, é bem compreendida e abordada de forma muito consensual por seus comentadores, o mesmo não pode ser dito sobre as 28 e principalmente sobre as 66 classes de signos. O diagrama dinâmico 3N3, apresentado na Seção II.3.5 deste livro, fornece uma contribuição para algumas questões relacionadas às classificações de signos de Peirce, em especial às divisões em 28 e 66 classes.

